

# A saúde no Distrito Federal

A qualidade da prestação de serviços médicos à população do Distrito Federal está seriamente comprometida pelo atendimento excessivo, provocado por demanda incontrolável de cidadãos que vêm do Entorno e de vários estados do Brasil, em busca de terapia e cura para seus males. O quadro se afigura mais assustador quando se sabe que uma parte dos pacientes chega aos hospitais do DF em situação de emergência, o que impossibilita recusa por parte dos atendentes ou a transferência para outras unidades. Foi nestes termos que o secretário de Saúde do DF, Carlos Sant'Anna, fez longa exposição ao ministro da Saúde, Henrique Santillo, sobre as dificuldades arrostradas pelo setor de saúde, para as quais não haverá solução duradoura, se a União não assumir os compromissos relativos à participação das unidades da Fundação Hospitalar no enfrentamento de questões de saúde que deveriam ser resolvidas nos locais de moradia dos que procuram assistência médica no DF.

A gravidade da situação pode ser assinalada em cifras absolutamente dramáticas. Os registros estatísticos informam que, no período de janeiro a julho deste ano a rede hospitalar atendeu a mais de 2,5 milhões de pessoas na emergência e ambulatórios, sem incluir as internações. Recorde-se que a população do DF é de cerca de um milhão e 600 mil habitantes e que as verbas de saúde liberadas pela União são proporcionais ao contingente populacional, não ao total de atendimentos. O absurdo é flagrante e, se não houver compensação suavizadora do excesso, muito brevemente os hospitais do DF poderão entrar em colapso de funcionamento, com consequências imprevisíveis infligidas aos cidadãos que aqui trabalham e pagam seus impostos.

A boa qualidade dos serviços médicos prestados em Brasília e nas cidades-satélites é que explica a grande procura dos pacientes, vindos, muitas vezes, de pontos distantes do País, confiantes em que suas dores e aflições terão um alívio

imediato. É a tradição oral, sustentada por pessoas que foram atendidas com carinho e eficiência médica, a responsável pela demanda crescente, que não é levada em consideração pelo Governo Federal, na hora de proceder à distribuição de verbas.

Assinale-se, por amor à verdade, que em nenhuma unidade da federação, ocorre fenômeno semelhante. E, naquelas em que esta tendência começou a se prenunciar, como no caso do Rio de Janeiro, o estágio do caos foi atingido rapidamente, com as crises de atendimento, sendo rapidamente focalizadas pelas emissoras de televisão. Cenas dramáticas nos corredores dos hospitais e dezenas de óbitos comprovados logo convenceram as populações vizinhas do Rio de Janeiro de que o risco era grande e que o melhor era buscar assistência nos limites de seus municípios de origem.

O secretário Carlos Sant'Anna tem propostas concretas para minorar a gravidade do problema e as apresentou ao ministro Santillo. Uma delas é flexibilizar a concessão de verbas levando-se em consideração a produtividade registrada pelos hospitais do DF, com uma correspondente prestação de contas sobre os locais de origem dos pacientes.

Outras providências arroladas pelo secretário Sant'Anna demonstram a boa vontade do governo Roriz no sentido de não desestimular o socorro imediato a pacientes de cidades do Entorno ou de outros estados. Uma delas, dividida em dois itens, refere-se à liberação urgente de recursos para a conclusão do hospital do Paranoá e para a construção do de Samambaia.

Cabe agora ao ministro da Saúde refletir se não é melhor para os pacientes como um todo uma justa realocação de verbas, com o auxílio da qual se evite, por evidente impossibilidade operacional, a negativa de socorro médico a cidadãos que não são culpados pelo estado deplorável dos serviços de saúde na maior parte do território nacional.